

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 816.414 - RJ (2015/0296790-0)

RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI
AGRAVANTE : COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE
ADVOGADOS : SERGIO BERMUDEZ E OUTRO(S) - RJ017587
MARCELO BORJA VEIGA - RJ134980
AGRAVADO : CONDOMÍNIO RESIDENCIAL BANDEIRANTES
ADVOGADOS : AIRTO AUGUSTO FERNANDES JUNIOR - RJ096680
LUÍS CLAUDIO FERREIRA DA COSTA - RJ166446
RENAN RODRIGUES SILVEIRA MIRANDA DA CUNHA - RJ161645

DECISÃO

Trata-se de agravo (art. 1.042 do CPC/15), interposto por COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS – CEDAE, em face de decisão que não admitiu recurso especial (fls. 131-141, e-STJ).

Na origem, cuida-se de ação de consignação em pagamento manejada no bojo de cumprimento de sentença que declarou ilegítima a cobrança de tarifa de esgoto do condomínio ora recorrido (Processo nº 0027094-47.2002.8.19.0001, julgado pela 7ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro).

É o brevíssimo relatório. Decido.

1. Com efeito, a matéria debatida nos autos que deram origem à presente contenda, qual seja, exigibilidade de preço público, insere-se na competência das turmas integrantes da Egrégia 1ª Seção, conforme o disposto no artigo 9º, § 1º, X, do Regimento Interno deste Superior Tribunal de Justiça.

É o que se observa da seguinte decisão prolatada pela Corte Especial:

CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA INTERNA. PRIMEIRA E QUARTA TURMAS DESTA E. STJ. SERVIÇO DE FORNECIMENTO DE ÁGUA. PREÇO PÚBLICO. TARIFA. ART. 9º, § 1º, INCISO X, DO RISTJ. COMPETÊNCIA DA E. PRIMEIRA SEÇÃO.

I - Compete à e. Primeira Seção desta c. Corte Superior processar e julgar recurso especial cuja relação jurídica litigiosa versa sobre preço público (art. 9º, § 1º, inciso X, do RISTJ).

II - Na espécie, cuida-se, originariamente, de ação ordinária proposta por particular contra a Companhia Estadual de Águas e Esgotos – CEDAE –, na qual se pleiteia a nulidade da cobrança de preço público, na modalidade de tarifa, afirmada ilegal e abusiva, bem como o restabelecimento do serviço de água no domicílio da demandante.

III - Precedentes aplicáveis: CC 43324/RJ, Corte Especial, Rel. Min. Peçanha Martins, DJ de 5/2/2007; AgRg no REsp 985.522/RS, 1ª Turma, Rel. Min. Luiz Fux, DJe de 19/2/2009; AgRg no Ag 1084537/RJ, 1ª Turma, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, DJe de 18/2/2009; AgRg no Ag 1004001/RJ, 1ª Turma, Rel. Min. Denise Arruda, DJe de 11/2/2009; REsp 1062975/RS, 2ª Turma, Rel. Min. Eliana Calmon, DJe de 29/10/2008; AgRg no REsp 1081718/RJ, 1ª Turma, Rel. Min. Francisco Falcão, DJe de 29/10/2008; AgRg no REsp 1027844/RJ, 1ª Turma, Rel. Min. José Delgado, DJe de 23/6/2008; REsp 595.119/RJ, 2ª Turma, Rel. Min. João Otávio de Noronha, DJ 5/3/2007.

Conflito conhecido para se declarar a competência da e. Primeira Seção.

(CC 102.588/RJ, Rel. Ministro FELIX FISCHER, CORTE ESPECIAL, julgado em 01/04/2009, DJe 20/04/2009)

Nesse sentido, considerando-se a matéria tratada no processo que deu origem ao presente recurso, afigura-se presente a competência da 1ª Seção para a apreciação do feito.

2. Do exposto, determino a redistribuição do feito para uma das Turmas integrantes da Egrégia 1ª Seção desta Corte.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 18 de fevereiro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI
Relator

